

4 O tráfico como problema moral

“Trafficking in women is an institution of sexual slavery in which women are transported across national borders and marketed for prostitution or similar practices.”³⁷⁷

4.1. Introdução

A perspectiva do tráfico internacional de pessoas como problema moral representa uma forma tradicional de abordar o problema em questão. Atualmente quase cada agenda política de organizações internacionais e nacionais, como também de algumas locais, explora o assunto de tráfico relacionado com a exploração sexual.³⁷⁸ Existe uma ênfase excessiva nas investigações sobre o tráfico por exploração sexual (*sex trafficking*) em detrimento de outras formas de tráfico.³⁷⁹ Nesta abordagem, então, o destaque está na exploração *sexual* da vítima do tráfico; considerando o tráfico parte da *overall evil* prostituição.³⁸⁰ A identificação do tráfico com a prostituição é o cerne desta perspectiva, que está fundada na condenação moral da prostituição. Para combater o tráfico é concebido necessário suprimir toda forma de prostituição.

Este entendimento provoca uma polêmica por concepções distintas sobre a prostituição especialmente entre grupos feministas. Enquanto uma posição identifica a prostituição como escravidão sexual, a outra luta pelo reconhecimento da prostituição como trabalho sexual. O pano de fundo são visões morais diferentes que representam bases teóricas epistemológicas opostas, estabelecendo assim uma “fossa teórica” entre estas perspectivas persistentes até hoje.³⁸¹

As argumentações a partir de diferentes entendimentos teóricos levam, evidentemente, a implicações políticas distintas sobre o assunto. Assim, por exemplo, o grupo das neo-abolicionistas ganha apoio na luta contra a

³⁷⁷ Watanabe (1995), p. 501.

³⁷⁸ Agustín (2005a), p. 620.

³⁷⁹ Chuang (2006), p. 152.

³⁸⁰ Wijers (s.d.), p. 2.

³⁸¹ Cfr. Zalewski (2000), p. 73.

prostituição por parte de diferentes governos, como o dos EUA e o da Suécia; e recebe sustento através de alianças com grupos religiosos de direita.

Neste capítulo, pretendo delinear as posições conceituais distintas dos diferentes grupos feministas sobre a prostituição, relacionando-as com os próprios fundamentos teóricos. Na minha argumentação, nesta abordagem a sexualidade é utilizada de novo como forma de tecnologia de poder,³⁸² estabelecendo um discurso de vitimização da prostituta que deve ser libertada. Na crítica a esta postura é enfatizado o perigo da não-diferenciação entre a pessoa traficada e a prostituta, levando a uma ainda maior estigmatização, marginalização e isolamento desta última.³⁸³

4.2. A polêmica no feminismo

O enfoque da abordagem do tráfico internacional de pessoas como problema moral evoca diversas controvérsias, sobretudo a respeito do significado da prostituição. A polêmica no feminismo desenvolve-se em torno de entendimentos diversificados sobre a relação entre a prostituição e o tráfico. Enquanto para as chamadas feministas radicais, existe uma convergência entre os dois, as feministas que defendem os direitos das trabalhadoras sexuais lutam para uma clara diferenciação entre a prostituta e a vítima do tráfico.

Os dois entendimentos³⁸⁴ constroem dois sujeitos distintos e representam concepções teóricas diversas. Por um lado, há a teoria feminista radical enraizada no discurso moderno, na qual a lógica discursiva da vitimização exerce um papel importante e que concebe um “sujeito reprimido”. Por outro lado, está uma postura feminista fundamentada no discurso pós-moderno, que se opõe à fixação de significados e desenvolve um “sujeito resistente”.³⁸⁵

Em seguida apresento separadamente estes dois discursos aqui mencionados com o objetivo não somente de esboçar os possíveis perigos que surgem especialmente do feminismo radical, mas também de problematizar a fossa teórica em si, reivindicando abordagens que vão além desta blocagem do debate em dois lados, centradas nos direitos das pessoas traficadas.

³⁸² Cfr. Buss (2005), p. 11.

³⁸³ Cfr. Wijers (s.d.), p. 2 e Levenkron (2003), p. 16.

³⁸⁴ Que, na verdade, não representam blocos homogêneos, mas também albergam diferenças internas, e aqui são resumidas em duas posições por questões analíticas.

³⁸⁵ Cfr. Scoular (2004), p. 352.

4.2.1. O corpo vendido: prostituição como escravidão sexual

“Trafficked and prostituted women in the sex industry suffer the same kinds of violence and sexual exploitation as women who have been battered, raped, and sexually assaulted.”³⁸⁶

Para o grupo feminista que incorpora a questão do tráfico como problema de prostituição – e ao qual a ONG CATW (*Coalition Against Trafficking in Women*) e as suas aliadas fazem parte - não existe uma diferença qualitativa entre o tráfico e a prostituição; as duas são práticas que simbolizam a dominância masculina na cultura patriarcal, e devem ser combatidas até o extremo. A prostituição é identificada como problema social e como instituição retrógrada, que deve ser erradicada para, deste modo, libertar “a mulher”.³⁸⁷ Nesta concepção, a prostituta não vende serviços sexuais, mas o próprio corpo,³⁸⁸ e especialmente a falta de controle da prostituta sobre os próprios atos é enfatizada:

“Once in prostitution a woman realizes that she has no control over the choice of client, the pace or price of work, or the nature of the sexual activity. She is the shared property of any male who can pay a price for sex and for her body.”³⁸⁹

Da mesma forma que o tráfico, também a prostituição é considerada endemicamente violenta por causa da presença do elemento da exploração sexual.³⁹⁰ Janice Raymond fala de prostitutas “violadas no trabalho” (*raped on the job*) como padrão que caracterize esta prática.³⁹¹

“The sexual service provided in prostitution is most often violent, degrading, and abusive sexual acts, including sex between a buyer and several women; slashing the woman with razor blades; tying women to bedposts and lashing them till they bleed; biting women’s breasts; burning the women with cigarettes; cutting her arms, legs, and genital areas; and urinating or defecating on women.”³⁹²

Assim, a prostituição é identificada como uma forma de violência contra as mulheres, representando uma prática abusiva masculina que, em países que descriminalizam a indústria do sexo, é transformada em um comportamento

³⁸⁶ Raymond (2004), p. 1174.

³⁸⁷ Cfr. Anderson (2002), p. 748 e 750.

³⁸⁸ Cfr. Raymond (2004), p. 1160.

³⁸⁹ D’Cunha (2002), p. 141 apud Raymond (2004), p. 1171.

³⁹⁰ Ibid., p. 1174.

³⁹¹ Ibid., p. 1176.

³⁹² Ibid., p. 1175.

socialmente aceito.³⁹³ Nesta perspectiva, a prostituição é equiparada à escravidão sexual, e para terminar a violência contra as mulheres, visa-se a uma total abolição da prostituição.³⁹⁴ De acordo com Kathleen Barry, a escravidão sexual é “the business that merchandise women’s bodies to brothels and harems around the world”.³⁹⁵ Barry é a fundadora da CATW, da organização de liderança dentro do *International Human Rights Network*, que reivindica uma resposta dos governos a esta “forma de violência masculina e exploração sexual de mulheres em prostituição”, visando à criminalização da demanda para a prostituição.³⁹⁶ Este bloco - que é formado por feministas radicais, entre elas autoras famosas como Andrea Dworkin, Catharine MacKinnon e Carole Pateman³⁹⁷ - luta contra uma descriminalização e legalização da prostituição, e para uma (maior) punição dos clientes, ou seja, para uma ênfase na erradicação da demanda de serviços sexuais.

A crítica das feministas radicais deve ser vista no contexto do entendimento teórico delas.³⁹⁸ Um objetivo deste ramo feminista é a identificação e a denúncia pública de desvantagens para as mulheres nas sociedades ocidentais contemporâneas, colocando-as no centro das análises.³⁹⁹ Nos anos 70, são elas a introduzir o conceito do patriarcado como dominação masculina *estrutural* como chave de explicação para a subordinação social das mulheres na sociedade.

“The structural theory of patriarchy suggested that it wasn’t simply men who were the problem but all things associated with men and masculinity. This meant that not only did men dominate – but so did masculine values, ideas and typical modes of living.”⁴⁰⁰

De acordo com as feministas radicais, existem práticas que definem uma hierarquia na sociedade, que legitimam e fortalecem a subordinação de

³⁹³ Ibid., p. 1177.

³⁹⁴ Cfr. Andrijasevic (2004), p. 63.

³⁹⁵ Barry (1979), p. 39 apud Chapkis (1997), p. 46.

³⁹⁶ Raymond (2004), p. 1177.

³⁹⁷ Cfr. Anderson (2002), p. 749.

³⁹⁸ Na genealogia do debate, a intervenção feminista radical representa uma resposta ao feminismo marxista e liberal. A contribuição delas é de introduzir na discussão sobre a relação entre o corpo, a propriedade e o trabalho, o elemento da sexualidade. Cfr. Andrijasevic (2004), p. 64.

³⁹⁹ Cfr. Anderson (2002), p. 752 e Zalewski (2000), p. 14.

⁴⁰⁰ Zalewski (2000), p. 12.

mulheres como uma *classe*. A prostituição é identificada como uma destas práticas cruciais, chamada, ao mesmo tempo, de indicador e de causa do estado dependente da mulher na sociedade, ou seja, um “epítome da subordinação”.⁴⁰¹ Scott Anderson expõe três motivos centrais para a denominação da prostituição como “instituição degradante”:

“(1) that the good purchased from a prostitute is frequently, in part, her own degradation; (2) that the existence of prostitution depends on the existence of an inequality in social or economic power between prostitutes and their customers; and (3) that prostitution contributes to the perpetuation of the inequalities that underlie the practice.”⁴⁰²

Nesta abordagem, então, como motivo crucial da existência do tráfico e da exploração sexual em geral é identificado o não-questionamento destas práticas e a condenação insuficiente da demanda masculina.⁴⁰³ Neste sentido, a penalização dos clientes é considerada um passo importante rumo a uma diminuição até a erradicação da venda de serviços sexuais, pois “a prostitution market without consumers would go broke”.⁴⁰⁴

Para Janice Raymond, o modelo político a seguir, está já realizado na Suécia. Este país introduz na própria legislação uma completa proibição de serviços sexuais comerciais. Na lei está formulado que:

“Prostitution and trafficking in women are seen as harmful practices that cannot, and should not be separated; in order to effectively eliminate trafficking in women, concrete measures against prostitution must be put in place.”⁴⁰⁵

A convergência entre a prostituição e o tráfico, é considerada condição importante para um combate efetivo da exploração sexual. Uma diferenciação não é avaliada necessária, pois nas duas acontece a venda do corpo feminino, reforçando, assim, a opressão social da mulher na sociedade. Nesta perspectiva, a ênfase está, então, na venda do corpo em lugar da venda de serviços sexuais, pois aquilo não é considerado possível. De acordo com Carol Pateman, como mostra Kathy Miriam, a “história” de um contrato laboral no qual uma pessoa vende a própria “força laboral” (*labor power*) em troca de alguma recompensa é uma “ficção política”.⁴⁰⁶ Pateman questiona a possibilidade de poder separar as

⁴⁰¹ Anderson (2002), p. 752.

⁴⁰² Idem.

⁴⁰³ Cfr. Raymond (2004), p. 1157.

⁴⁰⁴ Ibid., p. 1160.

⁴⁰⁵ Eckberg (2003), p. 69 apud Raymond (2004), p. 1158.

⁴⁰⁶ Cfr. Pateman (1988) e (2002), p. 27 e seguintes apud Miriam (2005), p. 3.

próprias capacidades do *self*, e denomina este chamado “intercâmbio” uma “prática de alienação”.⁴⁰⁷

“[S]ince the worker’s *capacities* cannot in fact be alienated from his person, what the worker is really offering (surrendering) to his/her employer, through the contract, is her/his (situated, embodied) *autonomy*. That is to say, the real transaction in this contract is defined by the worker’s *freedom to be subordinated* to an employer/boss.”⁴⁰⁸

Se adotarmos este entendimento à prostituição, no qual esta é concebida como ceder o controle sobre o próprio corpo e representaria a culminação da relação de dominação e de subordinação entre homem e mulher na sociedade patriarcal, a oposição teórica destas feministas (defendida muitas vezes de forma emocional) a esta prática é compreensível.⁴⁰⁹ Para elas, na decisão da repulsão desta prática, trata-se de uma questão moral, porque implica a decisão de favorecer ou não uma regulação do acesso sexual - que é equiparado a uma exploração sexual - dos homens às mulheres. Esta perspectiva é fortemente contestada especialmente pela sua falta de diferenciação entre tráfico e prostituição, e pela determinação de um significado fixo e imutável à prostituição, como veremos mais em frente.

Na abordagem feminista radical existe a diferenciação entre duas formas de sexo: a forma comercial por dinheiro e a forma que representa parte crucial de uma relação amorosa. Pateman explica a diferença:

“[The] difference between the reciprocal expression of desire and unilateral subjection to sexual acts with the consolation of payment: it is the difference for women between freedom and subjection.”⁴¹⁰

Para estas feministas, então, unicamente a segunda forma de sexo mencionada deveria existir, pois a primeira “desumaniza e domina as mulheres”.⁴¹¹ Esta diferenciação é criticada (1) por confirmar entendimentos correntes normativos que o sexo “genuíno” esteja de certa forma fora do poder, ou seja, represente um âmbito não perpassado pelas dinâmicas de poder; e (2) por idealizar o sexo relacionado com amor, não reconhecendo, deste modo, a importância do elemento econômico na prostituição. Justamente este deveria ser valorizado, argumenta Jane Scoular, pois não somente as conseqüências de

⁴⁰⁷ Ibid.

⁴⁰⁸ Ibid., ênfase no original.

⁴⁰⁹ Cfr. Miriam (2005), p. 4.

⁴¹⁰ Pateman (1988), p. 204 apud Scoular (2004), p. 346.

⁴¹¹ Barry (1995), p. 28.

mudança estrutural através dele seriam dignas de menção, mas também o descobrimento dos efeitos das normas do amor instrumental no qual o trabalho executado em nome dele não é reconhecido como tal.⁴¹² Como explica Jan Jindy Pettman: “Women are there to service men, providing domestic and sexual labour, which is assumed to be a labour of love.”⁴¹³ De acordo com Jane Scoular, o reconhecimento da prostituição como trabalho poderia contribuir a reconhecer o entrelaçamento da esfera privada com a pública; uma reivindicação que, ao final de tudo, é surgida do movimento feminista e especialmente das feministas radicais, que se tornaram famosas com o slogan “o privado é político”.⁴¹⁴

Segundo a teoria do feminismo radical, o grupo social de homens está interessado na subordinação feminina para poder extrair das mulheres através de uma variedade de formas de poder em uma ordem política liberal o *surplus* ou o chamado “dividendo patriarcal”.⁴¹⁵ Este dividendo estaria legitimado através do direito de sexo (*sex right*), como expressão das relações sociais desiguais de gênero.

“Radical feminist abolitionists conceptualize prostitution as an institution fundamentally based on men’s sex right, that is, men’s entitlement to demand sexual access to women.”⁴¹⁶

Para Kathy Miriam, que defende esta posição, a coerção, o consentimento e a agência – três fatores cruciais para o grupo que defende uma diferenciação entre a prostituição e o tráfico - estão relacionados no paradigma da dominação. Este paradigma representa a condição de opressão da *classe* mulher, dentro do qual a prostituição é vista como “the cornerstone of all sexual exploitation”,⁴¹⁷ ou seja, a dominação descreve uma relação (legitimada) de acesso físico, sexual e emocional de homens aos corpos femininos.

“[G]iven the interweaving of sex, money and power, ‘dominance and submission, oppression and victimization are necessarily built into the practice [of prostitution]’.”⁴¹⁸

Para estas feministas, então, tudo se concentra no sistema de dominação

⁴¹² Scoular (2004), p. 346.

⁴¹³ Pettman (1996), p. 186.

⁴¹⁴ O que Cynthia Enloe mais tarde mudou em “o pessoal é internacional” e “o internacional é pessoal”. Cfr. Enloe (2000, [1989]), p. 196.

⁴¹⁵ Connell (1995), p. 71 apud Miriam (2005), p. 10.

⁴¹⁶ Miriam (2005), p. 11.

⁴¹⁷ Barry (1995), p. 9.

⁴¹⁸ Overall (1992), p. 722 apud Anderson (2002), p. 752.

chamado de patriarcado, que se exprime especialmente no controle da sexualidade feminina através dos homens. Neste sentido, como explica Judith Lorber, o patriarcado é considerado, ao mesmo tempo, o processo, a estrutura e a ideologia da subordinação da mulher.⁴¹⁹

4.2.1.1. A prostituta fora do lugar

De acordo com Laura Agustín, é possível delinear as origens do discurso sobre a prostituição das feministas radicais. Segundo esta autora, discursos sobre a prostituição mudaram pouco desde o século XVIII.⁴²⁰ As prostitutas se desviam da norma sexual prevista na sociedade, ou seja, da sexualidade permitida que se desenvolve no âmbito da família; a importância atribuída à família é o ponto chave nestes discursos. Agustín identifica como motivo central para a condenação das prostitutas o fato de se tratar de populações fora das unidades do núcleo familiar, desestabilizando estas e causando ansiedades na sociedade.

No tardio século XVIII, no âmbito do surgimento de novas cidades, é tematizada a forma apropriada de viver nas sociedades “civilizadas”. Neste período o modelo de família na sua definição burguesa é reconhecido como a unidade principal da sociedade.⁴²¹

“With this identification of families as the good and normal, large numbers of people were discursively converted into social misfits: people without proper places in a domestic structure. They were also seen as threats to normal society.”⁴²²

Nesta categoria são colocadas as prostitutas, que são construídas como um grupo específico.⁴²³ Esta categorização é produzida, como nos mostra Foucault, através de diversas práticas sociais, assim como por meio de discursos no direito e na medicina.⁴²⁴ Assim, as prostitutas são consideradas fora do lugar, representando a desordem, a ameaça à ordem social, sujeitos patológicos capazes de contaminar os “cidadãos bons”.

“Thus the category of prostitute was consolidated as a separate, bounded group of women who were socially necessary if dangerous and polluting.

⁴¹⁹ Lorber (1994), p. 3.

⁴²⁰ Cfr. Agustín (2005d), p. 1.

⁴²¹ Cfr. *ibid.*, p. 3.

⁴²² *Ibid.*, p. 3,4.

⁴²³ Cfr. Doezeima (2006), p. 272.

⁴²⁴ Cfr. Foucault (1976).

Even though prostitution was considered a form of contagion, the risk to nonprostitute women could be allayed by measures that physically and ideologically separated good and bad women.”⁴²⁵

Como mostra a antropóloga Mary Douglas, tudo interpretado fora da ordem deve ser analisado a partir da ordem que colocaria em questão.

“[I]f uncleanness is matter out of place, we must approach it through order. Uncleanness or dirt is that which must not be included if a pattern is to be maintained.”⁴²⁶

Para Agustín, é aqui que começa a história da regulação e do controle da prostituição, que pode ser interpretado como mecanismo de poder no sentido de Foucault. Neste sentido, as vidas de uma população específica (aqui das prostitutas) são administradas através do conhecimento do saudável, do bom e do normal; ou seja, a chamada biopolítica atua por meio do conhecimento prevalente da época, construindo uma rede de controle social. Subjacentes estão os entendimentos morais e ideológicos do lugar reconhecido como apropriado para a mulher: na família e na casa.

“Women are contained and constrained in the home and in their sexed bodies. Because public space is male, and women are seen as belonging in the private, women appearing in public space appear ‘out of place’.”⁴²⁷

As prostitutas, então, são vistas como o “arquétipo de mulher fora da casa”,⁴²⁸ a essência do desvio das normas e, portanto, se concentram nelas a estigmatização e a desvalorização que se exercem sobre as que se apartam dos modelos impostos.⁴²⁹ Dolores Juliano relaciona o desvio com o controle: “La desviación es una construcción social, una categoría peyorativa utilizada para controlar aquellos/as que desafían el status quo político.”⁴³⁰ Neste sentido, o controle resulta como único remédio de uma licença sexual; sendo apresentado como ajuda, como obrigação “natural” ou como “missão civilizatória”, a qual se dedicam especialmente mulheres da classe média.⁴³¹

⁴²⁵ Saunders (2005), p. 345.

⁴²⁶ Douglas (1966), p. 40.

⁴²⁷ Pettman (1996), p. 7.

⁴²⁸ Agustín (2005d), p. 7.

⁴²⁹ Juliano (2005), p. 81.

⁴³⁰ Faith (1994), p. 109 apud Juliano (2005), p. 81.

⁴³¹ Agustín (2004b), p. 73.

No final do século XVIII, então, são criadas inúmeras organizações de resgate para estas *fallen women*.⁴³² No entanto, acontece que muitas vezes esta chamada ajuda é rejeitada pelas jovens prostitutas, levando a ainda maiores esforços por parte das encarregadas com o resgate.⁴³³ Agustín fala de “carreiras de ajuda” (*helping careers*), que implicam uma forma de altruísmo e de virtude, mas ao mesmo tempo, deixam sem voz o objeto de ajuda, ou seja, a chamada vítima.⁴³⁴ Segundo a autora, este impulso a ajudar não mudou até o presente:

“It is the middle-class self-denominated ‘supporters’ (activists, lobbyists, NGO workers) who have become protagonists, not those selling sex, and the role that feminists play in this exercise of social control needs to be recognized.”⁴³⁵

A crítica principal a este enfoque se concentra no efeito (talvez nem intencional) destas políticas de liberação, e na perpetuação do discurso moralista do século XIX, como explica a autora em um outro texto:

“Los agentes sociales proponen ‘proteger’ a estas personas, a las que etiquetan de ignorantes e indefensas. Los sujetos de este discurso no se ven así, pasivos y coaccionados; el impulso de los que quieren ayudar vuelve a ser controlador.”⁴³⁶

Assim, o que originariamente visa a proteger, ao final, resulta em um mecanismo controlador, para preservar, deste modo, a ordem social. No discurso contemporâneo sobre a prostituição e o tráfico ainda permanece esta lógica discursiva de salvação surgida da primeira onda feminista. As feministas radicais neo-abolicionistas continuam a difundir esta perspectiva, entrando também em coalizões surpreendentes para alcançar os próprios objetivos, como veremos no final deste capítulo.

4.2.1.2. O sujeito reprimido do discurso moderno

Enquanto o discurso abolicionista está enraizado na teoria do feminismo radical, esta, por sua vez, fundamenta-se no discurso moderno, ou seja, o entendimento teórico do feminismo radical faz parte de uma concepção moderna do sujeito humano. Para feministas modernas o sujeito principal de preocupação é “a mulher”, junto com a sua dignidade e o seu valor, que deve ser resgatada de

⁴³² Cfr. Agustín (2005d), p. 8.

⁴³³ Cfr. Chapkis (1997), p. 46.

⁴³⁴ Cfr. Agustín (2005d), p. 8.

⁴³⁵ Ibid., p. 9.

⁴³⁶ Agustín (2005c), p. 121.

séculos de atribuição misógina e patriarcal.⁴³⁷ A base deste entendimento, então, representa a política de identidade (*identity politics*) que estabelece o sujeito em questão. Esta política é o ponto-chave para um grupo marginalizado, pois a aquisição de direitos específicos depende da representação do sujeito em uma forma particular, por exemplo, da “mulher” como sujeito oprimido. Neste sentido, as feministas radicais, integrando-se neste entendimento teórico, constroem um sujeito “mulher” que deve ser libertado, baseado em um entendimento meta-teórico sobre a natureza do sujeito e do *self*.⁴³⁸

“This all leads to feminist politics, which for modernist feminists involves some form of emancipation or liberation from oppression or simply unfair treatment, resulting in women having control and agency in their lives.”⁴³⁹

As idéias modernas se fundamentam no projeto do Iluminismo, ou seja, em uma confiança na capacidade intelectual humana de se aproximar a uma verdade universal perseguida por muito tempo. A liberação do indivíduo será possível através desta nova forma de pensamento, substituindo as antigas autoridades (como a igreja ou a monarquia) com o indivíduo capaz de conhecimento por meio da razão.

“From the time of Descartes the search for certainty has been firmly grounded in the rationality and reasoning of the knowing subject or self. This ‘knowing self’ (...) has been seen, by modernists, as the centre of the human being and the ultimate producer of all truth.”⁴⁴⁰

A reivindicação das feministas radicais é de substituir este indivíduo, que tradicionalmente é o homem, com a mulher, ou seja, de reinstalar a mulher como sujeito na história. O estabelecimento da mulher como sujeito político é crucial para a teoria e a prática da política identitária feminista moderna.⁴⁴¹ Na perspectiva das feministas radicais existe um *self* feminino originário que agora é distorcido pelo patriarcado e, portanto, deve ser redescoberto. Unicamente a partir da superação da exclusão tradicional histórica da mulher como sujeito político, ou seja, através dela tornar-se um sujeito, uma política feminista que demanda direitos igualitários será possível.⁴⁴² Assim, esta abordagem se fundamenta em uma distinção entre sujeito e objeto típica da modernidade,

⁴³⁷ Zalewski (2000), p. 33.

⁴³⁸ Ibid., p. 34.

⁴³⁹ Ibid., p. 33.

⁴⁴⁰ Ibid., p. 36.

⁴⁴¹ Cfr. ibid., p. 37.

⁴⁴² Cfr. ibid., p. 37 e seguintes.

como também em um entendimento que os sujeitos existem *a priori*, e que unicamente a partir destes uma reivindicação de direitos específicos atribuídos a este grupo particular é possível.

Na base desta perspectiva estão entendimentos dualistas entre os quais está dividido o mundo: em homem e mulher, em cultura e natureza, mente e corpo, racionalidade e emoção, público e privado etc.⁴⁴³ Estes dualismos estão caracterizados não somente por uma oposição entre os termos, mas também por uma hierarquização entre eles, o que representa a principal denúncia do feminismo: ao feminino é atribuído um sentido de inferioridade.

“Feminist theory thus criticizes the myths and mystifications surrounding Woman, understood as the construct of the male imagination, inaugurating a tradition that aims at subverting the systematic disqualification and denigration of the female subject. Feminism argues that men have appropriated de jure the faculty of reason, de facto confining women to compulsory irrationality, unreasonableness, immanence, and passivity.”⁴⁴⁴

Além de uma construção específica do sujeito, a modernidade baseia-se também em uma epistemologia particular, na qual uma importância crucial é atribuída à verdade objetiva sobre o mundo e à concepção de que a realidade pode ser encontrada ou alcançada por meio da razão. Esta, por sua vez, é considerada a capacidade humana principal potencialmente igual para todos os indivíduos; e o conhecimento é interpretado como uma força progressiva, no sentido de que mais sabemos, mais podemos entender “a verdade” ou “a realidade”.⁴⁴⁵

“Following on from the modernist aim of discovering and demonstrating the truth, the point of feminist theory is to do something about the sexist and misogynist injustices and untruths that are uncovered.”⁴⁴⁶

A tradição moderna do pensamento político surgida do Iluminismo, então, acredita em uma objetividade científica, ou seja, em uma neutralidade do conhecimento, que é declarada pelas feministas como *gendered* no sentido de que o *knowing self* ao longo da história é desmascarado como masculino.⁴⁴⁷ A reivindicação de uma ampliação das categorias principais do Iluminismo representa uma contribuição feminista importante; contudo, também o feminismo radical é criticado por introduzir um universalismo falso:

⁴⁴³ Cfr. *ibid.*, p. 46.

⁴⁴⁴ Braidotti (1994), p. 236.

⁴⁴⁵ Cfr. Zalewski (2000), p. 46.

⁴⁴⁶ *Ibid.*, p. 128.

⁴⁴⁷ Cfr. Hartsock (1998), p. 206.

"Instead of 'Man' we are now presented with a generic 'Woman', a term, like the universal 'man' or 'human', that hides or denies differences in situation and experience, privilege and power – its content based not on actual commonalities between people, but on the experience and interests of some who have the position and ability to impose these terms and define what they mean for themselves and others."⁴⁴⁸

A postura feminista crítica problematiza o universalismo e o essencialismo implícitos no feminismo radical, ou seja, o enfoque em uma "essência feminina", que unifique toda mulher em uma única classe, negando as várias diferenças (sociais, culturais, raciais, religiosas, econômicas, de orientação sexual etc.) entre elas. Esta denúncia, originariamente surgida por parte das *women of colour*, visa integrar as diversas diferenças na constituição de um sujeito feminista. Assim, por exemplo, feministas pós-modernas como Rosi Braidotti delinham a possibilidade de novas imagens da subjetividade feminina:

"The recognition of a common ground of experience as women mutually engaged in a political task of resistance to "*Woman*" – the dominant view of female subjectivity – lays the foundation for new images and symbolization of the feminist subject. If we take as our starting point sexual difference as the positive affirmation of my facticity as a woman, *working through* the layers of complexity of the signifier I, *woman*, we end up opening a window onto a new genderized bond among different women."⁴⁴⁹

Braidotti denuncia também o entrelaçamento entre o pensamento em binarismos e a perpetuação de uma dinâmica específica de poder:

"Misogyny is not an irrational act of woman-hating but rather a structural necessity: it is a logical step in the process of constructing male identity in opposition to – that is to say, rejection of – Woman. Consequently Woman is connected to the patriarchy by negation."⁴⁵⁰

Deste modo, é criticada a ênfase extrema na dinâmica de poder do patriarcado, imputando que, em vez de questioná-lo, o feminismo radical "essencialize o imaginário falocêntrico".⁴⁵¹ Ao final, como enfatiza Chapkis, este discurso que visa a denunciar a dominação masculina, resulta em reificá-la:

"Male power is constantly reaffirmed even as it is denounced. In this way, anti-sex and romanticist feminist rhetoric tends to reproduce the very ideology it intends to destabilize."⁴⁵²

⁴⁴⁸ Strickland (1994), p. 265.

⁴⁴⁹ Braidotti (1994), p. 203, ênfases no texto original.

⁴⁵⁰ Ibid., p. 235.

⁴⁵¹ Scoular (2004), p. 345: "By over-determining gendered power-dynamics critics have noted that domination theory simply essentializes and fails to move outside the phallogentric imaginary."

⁴⁵² Chapkis (1997), p. 20.

Segundo a crítica pós-moderna, então, o enfoque extremo no fator crucial e onipotente do patriarcado por parte das feministas radicais, leva-as a revocar continuamente o poder masculino sobre o feminino, perpetuando assim o imaginário da dominação, sem visionar uma saída a esta dinâmica. Assim, por exemplo, a interpretação da prostituição como prática emblemática da opressão feminina no patriarcado, não permite perspectivas alternativas, negando vozes diferenciadas das trabalhadoras do sexo.⁴⁵³ Ao mesmo tempo, esta perspectiva teórica é criticada como reducionista por causa do entendimento de todas as mulheres como potenciais prostitutas, como explica Andrijasevic:

“This reading of prostitution and men-women relations reduces women’s sexuality to an expression of male dominance, imprisons sex workers (and all other women too) within a system of engulfing patriarchal oppression, and leaves no space for any form of agency that prostitutes might wield.”⁴⁵⁴

Além disso, a perpetuação de um único tipo de relação na prostituição (homem “poderoso” versus mulher “sem poder”) fixa as identidades do chamado opressor e da vítima. Neste sentido, a atribuição da identidade fixa de “vítima” para mulheres que se prostituem ou que são traficadas constitui a característica principal desta abordagem, estabelecendo um discurso hegemônico sobre os sujeitos que, assim, não encontram um espaço para manobra.⁴⁵⁵

“Not only does this reify an image of the prostitute as sexual subordinate, it also sustains the myths and norms of the sex industry, of potent men and submissive women, rather than transforming it.”⁴⁵⁶

Neste sentido, este discurso constrói um sujeito reduzido à sujeição à própria opressão. “A mulher” - como também “a (potencial) prostituta” - é estabelecida através dos binarismos do pensamento moderno: como contraponto ao homem, como “outra” e desvio da norma, como vítima e aquela que precisa ser libertada de séculos de opressão. Para que este discurso funcione, é preciso a constituição de um “sujeito reprimido”, como o chama Scoular.⁴⁵⁷ O perigo deste discurso, então, está na perpetuação das dinâmicas de poder em vez da erradicação destas mesmas e, portanto, em uma colaboração com as estruturas de opressão, que, originariamente se visava a eliminar.

⁴⁵³ Cfr. Agustín (2005b).

⁴⁵⁴ Andrijasevic (2004), p. 64.

⁴⁵⁵ Cfr. Agustín (2005c), p. 124.

⁴⁵⁶ Shrage (1994), p. 134 apud Scoular (2004), p. 345.

⁴⁵⁷ Cfr. Scoular (2004), p. 352.

4.2.2. Luta pelo direito à escolha: prostituição como trabalho sexual

Na segunda onda feminista nos anos 1960, aparece em oposição a este primeiro um segundo discurso com visões diferentes sobre a prostituição. Os advogados dos direitos das trabalhadoras do sexo respondem à perspectiva neo-abolicionista das feministas radicais, contestando a imagem da prostituta como vítima passiva que deve ser resgatada. Eles lutam contra a convergência da prostituição e do tráfico, e para uma maior diferenciação na questão. A ênfase está na prostituição como uma forma de *trabalho* e, por isso, o termo de “prostituta” é substituído por “trabalhadora de sexo”.⁴⁵⁸

Nesta perspectiva, a prostituição não é per se problemática, senão as condições de trabalho das trabalhadoras do sexo. Estas deveriam ser melhoradas para impedir a exposição das prostitutas a distintos abusos, e a uma ainda maior estigmatização social.⁴⁵⁹

Neste grupo aderem o *Human Rights Caucus* com a ONG principal GAATW (*Global Alliance against Traffic in Women*) junto com organizações do movimento das trabalhadoras do sexo.⁴⁶⁰ Este bloco especifica que na prostituição não se trate da venda do corpo, mas bem da venda de um serviço sexual; o cliente não paga para ter acesso indeterminado ao corpo feminino, senão para o tempo da trabalhadora do sexo.⁴⁶¹ Esta abordagem, então, se contrapõe completamente à perspectiva neo-abolicionista, reivindicando uma legalização da prostituição, ou seja, do trabalho de sexo nas suas inúmeras variações.⁴⁶²

Segundo Kathy Miriam, nesta abordagem é possível distinguir entre duas perspectivas: o modelo economista e o modelo expressionista.⁴⁶³ Enquanto no primeiro modelo é enfatizado o trabalho comercial sexual como uma escolha econômica legítima, no segundo modelo são enfatizados a liberdade e o direito da autodeterminação sexual, ou seja, a livre escolha da prostituição como profissão no âmbito erótico, o que está enfatizado por Wendy Chapkis:

“When erotic labour is viewed as work, it is transformed from a simple act

⁴⁵⁸ Cfr. Andrijasevic (2004), p. 65 e Anderson & O’Connell (2003), p. 14.

⁴⁵⁹ Cfr. Outshoorn (2005), p. 145.

⁴⁶⁰ Como o *International Committee for Prostitutes’ Rights* (ICP) e o *Network of Sex Work Projects* (NSWP). Cfr. Outshoorn (2005), p. 149 e Saunders (2005), p. 347.

⁴⁶¹ Andrijasevic (2004), p. 64 e Chapkis (1997), p. 17 e 30.

⁴⁶² Cfr. Outshoorn (2005), p. 145 e Agustín (2005a).

⁴⁶³ Miriam (2005), p. 5.

of affirmation of man's command over woman, and instead is revealed to be an arena of struggle, where the meaning and terms of the sexual exchange are vulnerable to cultural and political contestation.”⁴⁶⁴

Estas perspectivas se referem não somente a demonização da prostituição, à convergência errônea do tráfico com a prostituição, mas especialmente aos efeitos do discurso abolicionista para as trabalhadoras do sexo.

“Trafficking in women, when framed as the ultimate expression of violence against women and equated with prostitution, has been a very effective discursive tool against programs built from the perspective of sex workers rights.”⁴⁶⁵

Neste sentido, a proposta “solução” das neo-abolicionistas para o tráfico humano através da erradicação da prostituição não somente é considerada nenhuma solução, deixando de lado outras formas de tráfico, mas, além disso, são problematizados os efeitos deste discurso como uma maior redução dos direitos das prostitutas, e uma generalização da consideração de todas as trabalhadoras do sexo que migram como vítimas do tráfico humano.

“Although the antitrafficking framework works to define some of these migrants as victims, it also works to heighten border and police controls, thus making migrant sex workers even more vulnerable to abuse.”⁴⁶⁶

Assim, a reivindicação deste grupo baseia-se no fortalecimento dos direitos das trabalhadoras do sexo, e em uma clara distinção entre a prostituição forçada e aquela voluntária. Enquanto para as feministas radicais, toda forma de prostituição é considerada forçada, aqui uma perspectiva mais diferenciada é advogada, já que uma convergência entre a prostituição forçada e aquela voluntária representa sérios problemas para esta abordagem. Este campo de feministas considera, então, a questão do consentimento como parte integral do trabalho sexual comercial.⁴⁶⁷ Ao mesmo tempo, os *sex workers* reconhecem que é possível que haja vítimas do tráfico no sentido de pessoas que são forçadas a trabalhar em distintos setores (como na prostituição), mas que nem por isso todas as trabalhadoras do sexo que cruzam fronteiras devem ser consideradas

⁴⁶⁴ Chapkis (1997), p. 57.

⁴⁶⁵ Saunders (2005), p. 354.

⁴⁶⁶ Ibid., p. 354.

⁴⁶⁷ Cfr. Piscitelli (no prelo), p. 3.

vítimas do tráfico internacional humano.⁴⁶⁸ Contudo, como coloca Chapkis, a insistência na diferença entre a prostituição consensual e aquela forçada não é o mesmo que dizer que toda prostituição voluntária necessariamente seja “livre”.⁴⁶⁹ Igualmente concorda Doezenia que o conceito de livre escolha não represente um elemento útil no debate:

“There is no way to combat the anti-prostitution position that all prostitution is forced by using their language and insisting that what I do is ‘freely chosen’. If I say ‘I choose to do it because I need the money,’ well that’s economic coercion. For every ‘free choice’ you can think up, they just point out how it wasn’t entirely free. The idea that there are two distinct poles of ‘forced’ and ‘free’ is a false dichotomy. I mean who really freely chooses to work at any kind of job?”⁴⁷⁰

Neste sentido, é reconhecido que toda escolha seja de uma certa maneira condicionada; não obstante disso, este grupo de feministas advoga a prostituição como forma de trabalho que pode ser “escolhida” (nos limites possíveis), fazendo parte do direito à autodeterminação sexual da pessoa.

Contudo, vários autores criticam a polarização dos debates, e mostram a variedade de situações, que vão além da simples dicotomia entre força e consentimento. As entrevistas de Laura Agustín com trabalhadoras do sexo que poderiam ser consideradas traficadas, por exemplo, denunciam a integração insuficiente da situação das migrantes, já que estes representam a maioria entre as trabalhadoras do sexo.⁴⁷¹ Ela propõe uma diferenciação ampla de diversas categorias de prostituição: aquela autônoma, semi-autônoma, semi-voluntária e aquela coagida e/ou com elementos de escravidão.⁴⁷² O objetivo é de mostrar que não existe um único regime de verdade e que, portanto, os esforços de ajudar as pessoas traficadas deveriam se afastar das dicotomias socialmente construídas no discurso contemporâneo sobre o tráfico humano internacional.

⁴⁶⁸ Outshoorn (2005), p. 147. A importância da coerção e do consentimento como elementos chave para a definição do tráfico foi já explorada no primeiro capítulo em relação com a elaboração do Protocolo de Tráfico.

⁴⁶⁹ Chapkis (1997), p. 52.

⁴⁷⁰ Idem. Trata-se de uma entrevista com Doezenia do ano 1993.

⁴⁷¹ Agustín (2005b), p. 96.

⁴⁷² Ibid., p. 104.

4.2.2.1. Escapar do estigma

A preocupação principal da perspectiva a favor das trabalhadoras do sexo é de escapar do estigma social atribuído à práticas de sexo comercial. Para alcançar tal objetivo, é possível empregar diversas estratégias, como mostra o estudo de Rutvica Andrijasevic.

Um resultado da investigação desta autora é que as prostitutas entrevistadas, na maioria das vezes, não se reconhecem como tal. A percepção delas mesmas é de não serem “prostitutas verdadeiras”. Ela analisa as dinâmicas que fomentam este entendimento, que outros interpretam como estratégias de sobrevivência, e ela vê como uma “reflexão das crenças subjetivas sobre a feminilidade”.⁴⁷³ Andrijasevic analisa a forma como as mulheres entrevistadas se ocupam do impacto da “objetificação” e da “estigmatização” atribuídas a prostituta, e produzido pelas narrativas da vitimização.⁴⁷⁴

O chamado “estigma de puta” (*whore stigma*) demarca a separação entre a feminilidade considerada normal e aquela desviante, tendo várias consequências legais e sociais, como, por exemplo, a expulsão da comunidade política.⁴⁷⁵ O medo da estigmatização e da resultante condenação e exclusão social é reconhecível nas respostas da maioria das entrevistadas.

Assim, um objetivo das trabalhadoras do sexo é de evitar fazer público o próprio envolvimento na prostituição. Andrijasevic constata “o silêncio como acordo tácito” que tem a ver com a dimensão política da sexualidade.⁴⁷⁶ De acordo com Julia O'Connell Davidson, para criar e manter comunidades, é preciso perpetuar os valores deste grupo; e a quem pretende fazer parte delas não é permitido transgredir as fronteiras de inclusão destas comunidades.⁴⁷⁷ Por este motivo, ou seja, para não se tornar *outsiders*, as entrevistadas mantêm em segredo o próprio trabalho no âmbito do sexo comercial. Em um possível retorno da mulher à própria família, também os membros desta não investigam a origem dos inúmeros presentes.

“The tacit agreement of silence between the respondents, their families, and other community members put the respondents in a precarious

⁴⁷³ Andrijasevic (2004), p. 110.

⁴⁷⁴ Cfr. *ibid.*, p. 111.

⁴⁷⁵ Cfr. *ibid.*, p. 115.

⁴⁷⁶ Cfr. *ibid.*, p. 119.

⁴⁷⁷ O'Connell (1998) apud Andrijasevic (2004), p. 120.

position, which could easily slip from their being members of a given community to becoming 'outcasts' if respondents' work in prostitution became public.”⁴⁷⁸

Deste modo, as fronteiras de gênero e de sexualidade estabelecidas na comunidade não são questionadas – pelo menos aparentemente.⁴⁷⁹ A autora chama a atenção ao perigo que emana das campanhas contra o tráfico humano nos países de origem. Estes visam a informar sobre os perigos de uma migração não documentada, explicitando que uma migração feminina pode facilmente levar à prostituição. Deste modo, existe o possível efeito de desmascarar o “acordo tácito”, e de colocar as (ex-)prostitutas em situações difíceis.

“[M]aking prostitution publicly known in order to prevent trafficking might actually foster the greater stigmatisation of prostitution and might exclude young women from their communities.”⁴⁸⁰

Uma forma para evitar a estigmatização e para negociar uma melhor integração na sociedade de destino é através do estabelecimento de diversas relações de amizade com pessoas do lugar, ou seja, oriundas do país de migração. Assim, explica Andrijasevic, as relações das entrevistadas com homens italianos não somente contestam o estigma moral reservado para prostitutas, colocando as mulheres em uma posição de “não verdadeiramente prostitutas”, mas também mitigam o cargo da ilegalidade e do sentimento de não-pertencer.⁴⁸¹

A forma legal para negociar uma inclusão na sociedade de destino é através da autorização de residência temporária, que no caso da Itália é prevista para vítimas de tráfico. O artigo 18 do direito de imigração italiano introduzido no ano 1998 (18 D.Lgs. 286/1998) estabelece que vítimas de uma exploração severa, que estariam em perigo se retornassem ao próprio país, têm o direito a um visto de residência e de trabalho para seis meses, com possibilidade de renovação.⁴⁸² Esta lei, criada especificamente para pessoas traficadas, mas aplicável para todos os migrantes em situação de exploração, implica a condição de entrar em um programa de assistência social e de reintegração organizado por ONGs ou por projetos comunitários. Embora a concessão não esteja

⁴⁷⁸ Andrijasevic (2004), p. 121.

⁴⁷⁹ Cfr. *ibid.*, p. 125.

⁴⁸⁰ *Ibid.*, p. 126.

⁴⁸¹ *Ibid.*, p. 130.

⁴⁸² Cfr. *ibid.*, p. 131.

oficialmente relacionada ao fato da pessoa explorada estar disposta a denunciar seus próprios exploradores, várias organizações de direitos humanos demonstram que uma concessão do visto sem perseguição dos criminosos é bastante excepcional.⁴⁸³ Andrijasevic, ao mesmo tempo que reconhece a importância deste artigo, problematiza os elementos implícitos daquele, ou seja, a institucionalização e a essencialização da retórica da vitimização, no sentido de que para receber esta proteção legal, é necessário assumir completamente a identidade da vítima e de condenar a prostituição.

“This disqualifies the possibility that for some women, prostitution might be part of their migratory projects and establishes a normative narrative of victimhood grounded in very particular forms and patterns of violence.”⁴⁸⁴

Deste modo, resulta que este artigo fortalece ainda mais a tendência das pessoas que trabalham na prostituição de se autodefinir como vítimas, já que aquilo significa que não são consideradas “prostitutas verdadeiras”, evitando o estigma reservado para estas. Neste sentido, o recebimento do visto é interpretado como um “prêmio” para não ser uma “prostituta verdadeira”. “The state ‘rewards’ women with residence permit for contributing to police’s fight against organized criminality and for accepting a ‘proper’ woman’s role.”⁴⁸⁵ Assim, nas respostas das entrevistadas é possível observar a manutenção do binarismo prostituta versus “mulher normal”, colocando-se na última categoria para serem reconhecidas como “vítimas”, pois isso representa a condição para obterem o direito à proteção e à possível inclusão legal na comunidade política.

Uma outra forma de escapar do estigma relegado ao ser prostituta representa a autodescrição como mãe ou/e esposa. Desta forma, a “mulher normal” aceita pela sociedade encontra a própria concretização na “mulher-mãe” ou “mulher-esposa”, consolidando assim o imaginário tradicional do papel feminino na sociedade.⁴⁸⁶ Esta atribuição não tem nada a ver com um não-reconhecimento da chamada realidade por parte da trabalhadora do sexo, como explica a autora, mas que, em um entendimento pós-estruturalista da constituição da subjetividade, pode ser entendido como parte de um imaginário que fornece os pontos centrais de identificação e da formação da identidade

⁴⁸³ Anti-Slavery International (2002), p. 144 apud Andrijasevic (2004), p. 131.

⁴⁸⁴ Andrijasevic (2004), p. 131.

⁴⁸⁵ Cfr. Maluccelli (2001), p. 65 apud Andrijasevic (2004), p. 134.

⁴⁸⁶ Ibid., p. 141.

através da negociação com a ordem sócio-simbólica dominante.⁴⁸⁷

“While the upholding of the ‘whore stigma’ by women in prostitution points to the coercive and disciplining impact of normative femininity, it also illustrates its particular appeal for stigmatised migrant subjects for whom ‘falling out’ of the category of ‘proper’ femininity entails social and legal exclusion. The impact of normative femininity is therefore both disciplining and enabling.”⁴⁸⁸

Neste sentido, a análise de Andrijasevic mostra que para escapar do estigma moral atribuído à prostituta, as trabalhadoras do sexo entram no campo discursivo da ordem social dominante e perpetuam o binarismo entre “mulher normal” (preferivelmente mãe ou esposa) e prostituta como “mulher fora da norma”. O auto-posicionamento na primeira categoria, empregando a lógica da vitimização, libera-as do estigma social, reduz a ansiedade de uma refutação cultural, e possibilita uma aceitação política.⁴⁸⁹ Portanto, nos estudos sobre o tráfico humano, reivindicar a autora, deveria ser considerado o estímulo que a categoria de vítima implica para sujeitos estigmatizados migrantes em busca de uma inclusão social e legal. A auto-atribuição do estado de vítima, então, em lugar de levar a interpretações da prova da passividade das mulheres, muito pelo contrário, sugere Andrijasevic, deveria ser lido como resultado de um esforço e de um processo ativo de negociação sobre a constituição da própria subjetividade.

4.2.2.2. O sujeito resistente no discurso pós-moderno

Na teoria do feminismo radical, como vimos, são reproduzidos os dualismos do pensamento moderno. Neste sentido, a prostituta é construída como a “outra”, recordando a diferenciação entre a mulher-prostituta e a mulher-Madonna.⁴⁹⁰

Ao mesmo tempo, neste debate é perpetuada uma visão específica sobre as mulheres do chamado Terceiro Mundo que é problemática. A constituição da prostituta como categoria separada, que está “fora do lugar” está combinada com o estabelecimento dela como terreno de projeções raciais para possibilitar, deste modo, a construção de uma superioridade ocidental, implícita na noção da “civilização”. A civilização, neste sentido, é um processo direcionado ao ideal de

⁴⁸⁷ Cfr. *ibid.*, p. 145.

⁴⁸⁸ *Ibid.*, p. 145. Cfr. também Braidotti (1994), p. 99.

⁴⁸⁹ Cfr. *ibid.*, p. 147.

⁴⁹⁰ Cfr. Scoular (2004), p. 348.

civilidade. A barbárie representa uma força constante em contrariedade à civilização.⁴⁹¹ Esta antinomia faz parte de um pensamento evolucionista, segundo o qual a civilização representaria o nível mais alto de desenvolvimento humano, depois da selvageria e da barbárie, segundo os trabalhos de antropólogos como Lewis Morgan.⁴⁹² O estabelecimento do paradigmático *outro* se contrapõe ao conceito do *self*, fornecendo este com uma identidade associada a uma superioridade cultural e moral ocidental.⁴⁹³ Doezenia identifica este movimento nos discursos abolicionistas sobre a prostituta:

„In CATW-inspired feminist discourses, the ‚third world’ sex worker is presented as backward, innocent and above all helpless – in need of rescue. Through her, the superiority of the saving western body is marked and maintained.”⁴⁹⁴

No desejo de proteção das prostitutas como “identidades feridas” (*injured identities*), como as chama a autora, os regimes de poder disciplinar sobre estes são aumentados.

“Through CATW’s complicated process of identification/’othering’, however, it is the discipline of certain bodies that is being sought in the name of protecting all women.”⁴⁹⁵

A constituição da prostituta como vítima, a estabelece como identidade que se baseia na dor e no sofrimento que caracteriza um “sujeito-vítima”. Neste sentido, como explica a autora, “identity based on injury cannot let go of that injury without ceasing to exist”.⁴⁹⁶ Por este motivo, é necessário criar e re-estabelecer a categoria de prostituta como *outra*.

“The ‘third world prostitute’, oppressed by tradition and religion, exploited by western patriarchal capitalism, carrying the baggage of the colonial legacy of presumed backwardness and sexual innocence, is the perfect figure to hold up to the world as the image of sexually subordinated womanhood. Her victimhood, established by over a century of feminist, abolitionist and colonialist discourse, is indisputable.”⁴⁹⁷

A mirada das feministas ocidentais, identificada por Chandra Mohanty como *colonial gaze*, então, constitui as mulheres não-ocidentais como

⁴⁹¹ Cfr. Nasser (2005), p. 58.

⁴⁹² Cfr. Yurdusev (2003), p. 66.

⁴⁹³ Cfr. Shapiro (1989).

⁴⁹⁴ Doezenia (2001), p. 31.

⁴⁹⁵ Ibid., p. 33.

⁴⁹⁶ Ibid., p. 20.

⁴⁹⁷ Ibid., p. 33.

desamparadas, sem poder, exploradas e incapaz de atuar, infantilizando-as.⁴⁹⁸ Deste modo, através deste *othering*, elas mesmas são representadas como o oposto, perpetuando uma visão eurocêntrica e neo-imperialista do mundo.

“[T]hese discourses once more constitute Third World peripheries as spectacle, a product of the first World’s gratuitous othering and its consumption of the ‘exotic’, ‘primitive’, and ‘degenerate’.”⁴⁹⁹

A construção de um imaginário acerca do *outro*, que requer uma “correção” por parte do ocidente - isto é, levar os “incivilizados” pelo caminho para a civilização - é o cerne do discurso imperial. Ao mesmo tempo, este *outro* dá significado ao próprio *self*. Assim, a posição das trabalhadoras de sexo é reforçada pela crítica pós-colonial, que interpreta o discurso das abolicionistas como resíduo do discurso imperial.⁵⁰⁰

Este processo de *othering* pode ser rompido através de uma leitura pós-moderna do sujeito da prostituta.⁵⁰¹ Dissolvendo as dicotomias é possível ir além do dualismo da modernidade, no sentido de que a prostituição é considerada nem inerentemente opressiva, nem subversiva, mas que o significado é continuamente negociado.

Enquanto na abordagem das neo-abolicionistas existe uma busca da “verdade” sobre a experiência da prostituta, para que esta represente a base da ação política;⁵⁰² na perspectiva pro-sex *workers*, nem o entendimento da sexualidade, nem o papel da trabalhadora do sexo são fixos. Aqui o significado da prática sexual é definido pelo contexto e pode adquirir uma variedade de sentidos.⁵⁰³ Wendy Chapkis esboça a abordagem dos chamados “radicais do sexo”:

“Practices of prostitution, like other forms of commodification and consumption, can be read in more complex ways than simply as a confirmation of male domination. They may also be seen as sites of ingenious resistance and cultural subversion. For this reason, Sex Radical feminists insist that the position of the prostitute cannot be reduced to one of a passive object used in a male sexual practice, but instead can be understood as a place of agency, where the sex worker makes active use of the existing sexual order. Indeed, the Whore is often invoked [...] as a symbol of women’s sexual autonomy and, as such, as a potential threat to

⁴⁹⁸ Cfr. Mohanty (1988) apud Doezeema (2000), p. 37.

⁴⁹⁹ Agathangelou (2002), p. 144.

⁵⁰⁰ Cfr. Outshoorn (2005), p. 147.

⁵⁰¹ Cfr. Scoular (2004), p. 348.

⁵⁰² Cfr. Doezeema (2001), p. 28.

⁵⁰³ Cfr. Chapkis (1997), p. 28.

patriarchal control over women's sexuality.”⁵⁰⁴

Aqui, o entendimento da prostituta como vítima é invertido, ou seja, ocorre uma re-significação da trabalhadora do sexo, atribuindo-a força, autonomia e poder. Neste sentido, é criado um imaginário poderoso que poderia se sobrepor ao imaginário da prostituta como vítima estigmatizada, possibilitando, deste modo, uma maior aceitação social e um melhoramento das condições de trabalho desta. Esta estratégia de mudar o significado representa uma forma comum feminista de re-valorizar algo depreciado, desafiando assim os preconceitos da cultura dominante.⁵⁰⁵

Um outro exemplo de que o significado não é fixo e de que as categorias raciais e sexuais são continuamente construídas através do contexto é fornecido por Ashwini Tambe, através de uma análise da posição de prostitutas européias na ordem sexual na Índia colonial.⁵⁰⁶ Ela elabora a atribuição de um status diferente à prostituta estrangeira, e às consequências paradoxais dos primeiros instrumentos de tráfico que, neste caso, em vez de combater o tráfico de sexo o sustentaram, não interferindo nos interesses do Estado colonial indiano.

Na Índia, como em várias outras colônias, a prevenção de uma miscigenação para preservar uma suposta “pureza racial” é parte do projeto imperial britânico. Para evitar o sexo inter-racial entre homens britânicos e mulheres indianas, prostitutas estrangeiras são aceitas com a condição de submetê-las a um monitoramento estatal, ou seja, a uma “proteção coercitiva”. Esta vigilância da prostituta, tratando-a como problema de uma população específica tem a ver com os Atos de Doenças Contagiosas na Grã-Bretanha, que são estendidos à Índia, e fazem parte do mecanismo regulador e de controle do Estado, ou seja, da chamada biopolítica. O Estado colonial, então, produz categorias de uma classificação racial para manejar a população das prostitutas, pois “a desordem racial ameaça a governamentalidade colonial”.⁵⁰⁷

Tambe constata na própria análise que na ênfase de um suposto judaísmo das prostitutas européias e reconhecendo-as como “menos brancas”, elas são marcadas como duplamente “outras”; e assim, através do anti-semitismo

⁵⁰⁴ Ibid., p. 29.

⁵⁰⁵ Cfr. Chapkis (1997), p. 26. Pensamos, por exemplo, no termo *dyke* que foi utilizado para desvalorizar as lésbicas, e agora é transformado para expressar o orgulho de ser *gay*.

⁵⁰⁶ Cfr. Tambe (2005), p. 161.

⁵⁰⁷ Tambe (2005), p. 167.

corrente na época, colocadas na posição de *outsiders* subordinadas.⁵⁰⁸ Deste modo, é possível constatar que “[t]he colonial state’s gaze was trained on selected subjects whom it individuated and controlled”.⁵⁰⁹ Com o surgimento dos primeiros instrumentos legais para combater o tráfico de pessoas, elas não são incluídas na categoria de vítima do tráfico; não porque é avaliado que estejam trabalhando voluntariamente na prostituição,⁵¹⁰ mas porque não são consideradas suficientemente “puras”: “Bombay police declared that European prostitutes in Bombay were not worthy victims of trafficking because they lacked the prerequisite sexual purity.”⁵¹¹

Apesar das organizações de pureza social e das convenções de tráfico no começo do século XX consideraram prostitutas europeias no estrangeiro *a priori* como vítimas, o estudo de caso de Tambe mostra que as prostitutas europeias na Índia não entram neste discurso. Elas são utilizadas pelo Estado colonial para alcançar o objetivo político de manejar o sexo inter-racial e, portanto, não está no interesse do Estado a deportá-las. Deste modo, Tambe comprova a utilização da (regulação da) prostituição por parte do Estado para estabelecer uma ordem hierárquica e racista no Estado colonial. Assim, ao sujeito de prostituta ou trabalhadora de sexo é atribuído um significado diverso dependendo do contexto histórico, político e social.

Atrás deste entendimento está uma concepção pós-moderna - e mais especificamente pós-estruturalista⁵¹² - da construção do sujeito, que se contrapõe às bases teóricas modernas das feministas radicais. Assim, como explica Marysia Zalewski, neste entendimento, toda prática de atribuição de uma

⁵⁰⁸ Cfr. *ibid.*, p. 165 e 166.

⁵⁰⁹ Foucault (1977/1979), p. 12.

⁵¹⁰ E, como sabemos, isso não era ainda uma condição nas convenções da época.

⁵¹¹ Tambe (2005), p. 171.

⁵¹² Os pós-estruturalistas surgiram do estruturalismo, ancorado na lingüística estrutural de Ferdinand de Saussure e Roman Jakobson na virada do século XX. Saussure concebia a linguagem como um sistema de significação, vendo seus elementos de uma forma relacional (*signifier-signified*). Contra a dicotomia no pensamento estruturalista, dirige-se à crítica do pós-estruturalista Derrida, que questiona este pensamento binário, demonstrando como oposições binárias sustentam sempre uma hierarquia de um dos termos. Ele introduz o método da desconstrução para denunciar a hierarquia e, deste modo, para possibilitar a reinscrição das teorias em novas vias. Cfr. Zalewski (2000), p. 60 e 68.

identidade fixa é considerada parte de um processo autoritário.⁵¹³ Nesta perspectiva, as bases iluministas do pensamento moderno são seriamente questionadas, reivindicando uma revisão dos projetos do Iluminismo. Este é desmascarado por pensadores críticos como “mito de liberação por meio da razão”.⁵¹⁴ Para Foucault, os projetos do Iluminismo chegaram historicamente a um fim, levando à necessidade da modernidade de novos discursos e de novas formas de legitimação científica.⁵¹⁵ A ênfase aqui está na (des-)construção do significado e da subjetividade.

“Thought and meaning are constructed through language and there can be no meaning outside language. It is the place where our sense of ourselves and where our subjectivity is constructed. (...) [M]eaning is itself arbitrary and unfixed and only given form by reference to other meanings.”⁵¹⁶

Enquanto para os teóricos modernos é ainda factível explicar “a realidade” através da linguagem, os teóricos críticos pós-modernos questionam esta teoria da correspondência, mostrando que não existe a possibilidade de captar algo “real” sem referência aos modos de representação e de construção da assim chamada “realidade”. Esta é produzida por práticas representacionais através do discurso, institucionalizando uma forma de dominação, reafirmando a exclusão de outras possíveis representações e, portanto, torna o investigador um cúmplice de um sistema de poder e de autoridade. Precisamente para não se tornar cúmplice de um sistema hegemônico é necessário - como explica Michael Shapiro - “decodificar” fenômenos “naturalizados”, desvendar a produção histórica do código epistemológico na qual estão cunhados, desmascarando a relação entre práticas representacionais e política.⁵¹⁷ Unicamente deste modo é possível dissociar-se de uma dependência de “agentes de conhecimento” que representam o discurso hegemônico do conhecimento racional da modernidade.

Associado ao entendimento da arbitrariedade do significado, está o questionamento da concepção moderna da existência de uma verdade única. Aqui o interesse não está na análise de “reivindicações de verdade” (*truth claims*), mas na investigação do porquê e do como certas crenças adquirem um status verdadeiro e outras não, ou seja, a concentração está nos mecanismos (de poder) que possibilitam o estabelecimento e o funcionamento de um regime

⁵¹³ Zalewski (2000), p. 24.

⁵¹⁴ Cfr. Braidotti (1994), p. 96.

⁵¹⁵ Cfr. idem.

⁵¹⁶ Zalewski (2000), p. 25.

⁵¹⁷ Cfr. Shapiro (1989), p. 20.

de verdade em detrimento de outros.⁵¹⁸ Um objetivo desta concepção é a resistência a qualquer forma de categorização, aos aspectos totalizantes do poder e às verdades excludentes.⁵¹⁹

As feministas pós-modernas, então, criticam as feministas modernas pela insistência no estabelecimento de um sujeito fixo e claro como fundamento da política de identidade e da reivindicação de direitos, que, embora tenha sido feito com boa intenção pode levar a diversas injustiças.⁵²⁰ Pode resultar, por exemplo, na criação de exclusões em base de novas fronteiras identitárias, instigadas por um essencialismo moderno cultural ou social.⁵²¹ Nesta concepção, a desconstrução do *signifier* “mulher” é necessária, portanto, para evitar efeitos normativos e exclusivos.⁵²² Uma nova forma de política feminista dever-se-ia basear, como explicita Rosi Braidotti, em vez de em uma vitimização compartilhada, em alianças estratégicas temporárias e móveis, fundamentadas nos interesses em comum e na “afinidade” (*affinity*).⁵²³

“The female subject of feminism is constructed across a multiplicity of discourses, positions, and meanings, which are often in conflict with one another; therefore the signifier *woman* is no longer sufficient as the foundational stone of the feminist project.”⁵²⁴

Neste sentido, uma característica central no pós-modernismo representa a celebração da diferença, evitando a exclusiva inclusão do modernismo.

“Postmodernism rejects humanist appeals to a universal subjectivity or human condition. It points out ‘the partial and excluding quality of the supposedly inclusive ‘we’ of much humanist discourse’. Instead postmodernism offers a theoretical celebration of ‘difference’, partiality and multiplicity. It opposes the search for coherence and a desire for ‘the right answer’. It suggests instead the continuation of ‘conversations’.”⁵²⁵

As feministas modernas, por sua vez, acusam as feministas pós-modernas de comprometer os objetivos do feminismo, abandonando o sujeito em foco, e tornando, assim, reivindicações de direitos baseados na política de identidade impossíveis. Estas contestam a acusação, indicando que não é possível

⁵¹⁸ Cfr. Zalewski (2000), p. 26.

⁵¹⁹ Cfr. *ibid.*, p. 27.

⁵²⁰ Cfr. *ibid.*, p. 44.

⁵²¹ Cfr. Mezzadra (2006), p. 88.

⁵²² Cfr. Braidotti (1994), p. 104.

⁵²³ *Ibid.*, p. 105.

⁵²⁴ *Idem.* Ênfase no texto original.

⁵²⁵ Strickland (1994), p. 266.

determinar o que seja “a mulher”, pois não existe nenhuma “essência” feminina, senão infinitas possibilidades de representação: “there is no original woman.”⁵²⁶ Na concepção pós-moderna, então, “o significado de ‘mulher’ é uma questão de negociação”⁵²⁷; e não implica, como sugerem as feministas radicais, a perda do sujeito per se, mas, muito pelo contrário, a desconstrução da categoria representa uma abertura a infinitas possibilidades, como explica Judith Butler:

“To deconstruct the subject of feminism is not to censure its usage, but, on the contrary, to release the term into a future of multiple significations [...] paradoxically, it may be that only through releasing the category of women from a fixed referent that something like ‘agency’ becomes possible.”⁵²⁸

Ao mesmo tempo, as feministas pós-modernas advertem das consequências negativas que surgem de definições fixas sobre o “ser mulher”:

“Women have tended to become subjects only when they conform to specified and calculable representations of themselves as subjects, for example as (good) mothers, wives or daughters. Subjects out of place can suffer severe sanctions.”⁵²⁹

Uma identidade fixa construída em base de certos elementos, como aquela da opressão, portanto, reifica continuamente esta característica, levando, assim, a uma reafirmação, em lugar de uma subversão, de estruturas de dominação. Neste sentido, como elabora Scoular, é possível atribuir ao discurso feminista radical a criação de um “sujeito reprimido”, enquanto o discurso feminista pós-moderno visa à constituição de um “sujeito resistente” que desafia relações hierárquicas, criando assim um espaço discursivo para uma teoria feminista transformadora.⁵³⁰

4.3. Coalizão perigosa: feministas radicais e direita religiosa

A perspectiva abolicionista fundamentada no entendimento teórico do feminismo radical e nos discursos sobre o tráfico humano difundido especialmente pela ONG CATW encontra apoiadores em grupos tipicamente longe das visões feministas. Nos EUA ocorreu uma aliança incomum entre este bloco de ativistas feministas e grupos de direita religiosa para combater o tráfico internacional de pessoas, levando a implicações políticas perigosas.

⁵²⁶ Zalewski (2000), p. 41.

⁵²⁷ Tanesini (1994), p. 213.

⁵²⁸ Butler (1995), p. 50.

⁵²⁹ Zalewski (2000), p. 42.

⁵³⁰ Cfr. Scoular (2004), p. 352.

No ano 2003, o Congresso dos EUA decidiu que cada organização que recebe fundos do governo americano deve declarar não promover ou advogar a legalização da prostituição.⁵³¹ No mesmo ano, o Presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, condena o tráfico internacional de pessoas como uma “forma contemporânea de escravidão”⁵³², e o relaciona, em uma fala para a Assembleia Geral das Nações Unidas, à guerra contra o terrorismo.⁵³³ A relação entre o tráfico e a prostituição é explicitada em uma diretiva presidencial que constata: “prostitution is inherently harmful and dehumanizing, and fuels trafficking in persons, a form of modern-day slavery”.⁵³⁴

Nesta perspectiva, o tráfico e a prostituição são práticas inerentemente exploradoras, ou seja, uma forma de violência masculina contra mulheres, e devem ser combatidas em conjunto. Este pensamento está conforme a concepção teórica do grupo de feministas radicais organizadas entorno da ONG CATW, e mostra que o trabalho deste grupo teve grande influência na política de anti-tráfico norte-americana.⁵³⁵ Contudo, esta influência marcante não aconteceu sem o apoio de outros grupos.

Vários grupos religiosos, na maioria evangélicos, segundo Berman, exercem uma influência poderosa sobre a Casa Branca.⁵³⁶ Eles são responsáveis por 40 por cento dos votos nas eleições de 2000, e também são decisivos para a reeleição de Bush no ano de 2004.⁵³⁷ Uma reivindicação central destes cristãos evangélicos é o combate ao tráfico internacional com propósito de exploração sexual, pois este fenômeno representa, segundo eles, a decadência dos valores americanos e da moral em geral, já que assumem que a mera existência da prostituição se opõe ao sistema de valores cristãos, como explica a autora:

“These groups believe that the most effective means to stop trafficking is to end prostitution, reinforce the traditional family, engender abstinence, and rescue women from risky, post-1960 norms like work outside the home.”⁵³⁸

Neste sentido, o combate ao tráfico possibilita a estes grupos a fortalecer

⁵³¹ Cfr. Berman (2006), p. 269.

⁵³² Bush (2002), p. 231.

⁵³³ Miller (s.d.).

⁵³⁴ US Department of State (2002) apud Berman (2006), p. 270.

⁵³⁵ Cfr. Berman (2006), p. 271.

⁵³⁶ Cfr. *ibid.*, p. 275.

⁵³⁷ *Idem.*

⁵³⁸ *Ibid.*, p. 276.

as próprias posições ideológicas, reivindicando a criminalização de uma sexualidade não em conformidade com as normas cristãs.⁵³⁹ Neste entendimento, a posição da religiosa direita assemelha-se à lógica discursiva das feministas radicais que lutam contra a inclusão de uma diferenciação entre tráfico e prostituição nos acordos internacionais.

O contato é estabelecido nos anos 90 por grupos conservadores religiosos que entram em contato com as abolicionistas para criar uma campanha contra o tráfico e a prostituição.⁵⁴⁰ Com o apoio de vários políticos norte-americanos, esta coalizão ganha rapidamente um papel significativo no debate público e na política norte-americana contra o tráfico. Esta aliança teve uma influência marcante, por exemplo, na elaboração da lei de proteção das vítimas do tráfico (*Trafficking Victims Protection Act*, TVPA), como também na estrutura do Escritório Americano do Departamento de Estado para Monitorar e Combater o Tráfico de Pessoas.⁵⁴¹ A semelhança entre as duas lógicas, então, ajuda a fortalecer esta aliança perigosa.

A crítica a esta coalizão refere-se ao monopólio da constituição de um “regime de verdade” sobre o assunto, no sentido de que perspectivas que vão além da convergência entre tráfico e prostituição, reivindicando uma maior diferenciação do assunto (como vozes de trabalhadoras do sexo, migrantes, pessoas traficadas etc.) são excluídas do debate público.

“[T]he totalizing feminist/Christian construction of the issue has disallowed these other perspectives in favour of one that erases the ways in which women may make decisions to move and to work, including sex work. Taken together, this association/conflation may prevent legislation and policy from adequately protecting the needs of human trafficking victims, irrespective of the industry involved, and protecting human rights as a whole.”⁵⁴²

Outra consequência deste debate é o empobrecimento do entendimento público sobre o tráfico, no qual também a mídia contribui de forma impactante.⁵⁴³ Especialmente as implicações concretas políticas representam motivos de preocupação. Assim, várias organizações de direitos humanos (como os Médicos sem Fronteira e a *International Human Rights Law Group*) que não condenam explicitamente a prostituição e o tráfico, são excluídas da lista dos

⁵³⁹ Cfr. *ibid.*, p. 278.

⁵⁴⁰ *Ibid.*, p. 283.

⁵⁴¹ *Idem.*

⁵⁴² *Ibid.*, p. 285.

que recebem fundos do governo norte-americano.⁵⁴⁴ Também organizações que não trabalham diretamente sobre o tráfico são coagidas a se expressar sobre o assunto. Deste modo, por exemplo, organizações ativas na saúde pública que recebem fundos da USAID (*United States Agency for International Development*) são obrigadas a declarar que a “prostituição não representa uma escolha de trabalho”, senão são excluídas dos programas financiadores.⁵⁴⁵ Ao mesmo tempo, a administração de Bush reivindica a promoção da abstinência sexual em lugar do uso do preservativo para prevenir a difusão de HIV/AIDS nas páginas *web* das organizações receptoras de fundos.⁵⁴⁶ Melissa Ditmore comenta aquilo como uma “agenda política moral *imoral*”.⁵⁴⁷

“It is unfortunate that the U.S. is sacrificing efficacy for morality in the new funding. (...) This marks a willingness to sacrifice lives to moralizing about sexual activity.”⁵⁴⁸

Estas diretivas são criticadas também por serem protecionistas, e ao mesmo tempo, por negligenciarem outras formas de tráfico que não incluam a exploração sexual. Assim, a análise simplista do tráfico como problema moral leva a implicações políticas perigosas e provoca a indignação das feministas que se opõem à perspectiva abolicionista: “It remains deeply upsetting to see feminists promote policy that purports to protect women but is in fact detrimental to women.”⁵⁴⁹ De igual forma reclama Berman sobre a coalizão incomum, constatando que os entendimentos morais que dominam o trabalho sobre tráfico em lugar de fortalecer e de proteger as pessoas traficadas, levam a uma maior vigilância de mulheres que viajam ou de migrantes em geral, como também a um aumento de controle e do estigma das prostitutas.⁵⁵⁰

Os relatórios anuais sobre o tráfico (*Trafficking in Persons Reports*, TIP) representam outra parte do combate norte-americano ao tráfico. Nestes, todos os países do mundo são categorizados de acordo com os próprios esforços para lutar contra o fenômeno. Os países na primeira categoria são considerados os que estão mais de acordo com os padrões norte-americanos; os da segunda já

⁵⁴³ Cfr. *ibid.*, p. 290.

⁵⁴⁴ Cfr. *ibid.*, p. 290 e Ditmore (2003), p. 1.

⁵⁴⁵ Berman (2006), p. 290.

⁵⁴⁶ *Idem* e Ditmore (2003), p. 2.

⁵⁴⁷ Ditmore (2003), p. 5. Cfr. também Saunders (2005), p. 352.

⁵⁴⁸ Ditmore (2003), p. 1.

⁵⁴⁹ *Ibid.*, p. 3.

⁵⁵⁰ Cfr. Berman (2006), p. 293.

estão fazendo bons esforços para alcançá-los, mas ainda precisam trabalhar; e os da terceira categoria devem sofrer sanções porque não estão em conformidade com os padrões indicados. Como mostra Kemala Kempadoo, é interessante constatar que os países na terceira categoria correspondem quase todos ao chamado “eixo do mal”, tratando-se de países que o Departamento de Estado etiqueta de Estados “perigosos” ou “terroristas”.⁵⁵¹ Assim, países como a Coreia do Norte, o Irã, o Sudão, o Afeganistão, a Cuba e a Venezuela, além de ser rotulados como Estados “perigosos”, também são classificados como indiferentes no combate ao tráfico de pessoas, o que, na lógica norte-americana, fornece os EUA com supostos motivos para sanções ou até intervenções políticas nestes países. As sanções incluem a negação de fundos, a suspensão de assistência não-humanitária, e a solicitação aos bancos de desenvolvimento e ao FMI que neguem empréstimos.⁵⁵²

“These sanctions appear to have less to do with fighting human trafficking, and more to do with furthering a larger U.S. foreign policy agenda with which some of these groups disagree. (...) Consequently, U.S. antitrafficking policy ceases to be about protection of, or social assistance to, victims of trafficking and instead seems to be just as much about gaining control over the larger US foreign policy agenda.”⁵⁵³

Neste sentido, a crítica aponta para os lados problemáticos da aliança entre as feministas radicais e a direita religiosa, que têm impacto na política norte-americana. Ao final, em lugar desta aliança conceder uma maior proteção às vítimas do tráfico, fornece até supostas justificativas para intervenções militares dos EUA, que, por sua vez, aumentam de novo o tráfico, dando, assim, início a um círculo vicioso.⁵⁵⁴

4.4. Conclusão

Neste capítulo pretendia delinear o debate sobre o tráfico como problema moral, apresentando os dois discursos centrais que se opõem entre si junto com os fundamentos teóricos respectivos.

O primeiro grupo, que esbocei é aquele das neo-abolicionistas em torno da ONG CATW, que se fundamenta na teoria do feminismo radical. Para este grupo

⁵⁵¹ Kempadoo (2005), p. 74.

⁵⁵² Presidential Determination (2004) apud Kempadoo (2005), p. 73.

⁵⁵³ Berman (2006), p. 292.

⁵⁵⁴ Cfr. Berman (2006), p. 292.

existe uma convergência entre a prostituição e o tráfico humano; as duas práticas são interpretadas como violência contra “a mulher”, como causa e indicador da subordinação da mulher no sistema patriarcal. Elas reivindicam a penalização da demanda de sexo comercial e a abolição da prostituição em geral, que, segundo elas, solucionaria também o problema do tráfico.

Na perspectiva destas feministas modernas, o sujeito de preocupação principal é “a mulher”, que deve ser resgatada de séculos de atribuição misógina e patriarcal. “A mulher” é constituída através da experiência em comum da opressão no patriarcado. Também a constituição da prostituta como vítima, a estabelece como identidade que se baseia na dor e no sofrimento que caracteriza um “sujeito-vítima”. Para que este discurso funcione, então, é necessário re-estabelecer a categoria de prostituta como vítima, que deve ser resgatada ou como *outra*, que deve ser “civilizada”; dando, assim, um significado ao próprio *self*.

Deste modo, o sujeito neste discurso se baseia em uma vitimização em comum, e, portanto, pode ser interpretado como um sujeito “reprimido”, que é revocado cada vez que este discurso é adotado. Neste sentido, observa a crítica a esta postura teórica, em lugar de erradicar as dinâmicas de poder, este discurso eurocêntrico e neo-imperialista as reifica. A postura crítica, então, propõe o rompimento desta dinâmica através de uma leitura pós-moderna do sujeito (da prostituta). Através da dissolução das dicotomias é possível ir além do dualismo da modernidade, no sentido de que a prostituição é considerada nem inerentemente opressiva, nem subversiva, mas que o significado é continuamente negociado.

Em oposição ao primeiro discurso aparece um segundo com visões opostas sobre a prostituição, lutando por mais direitos das trabalhadoras do sexo. Neste grupo, que se coloca em torno da ONG GAATW, ou seja, do *Human Rights Caucus*, o problema não representa a prostituição em si, mas as condições de trabalho, os abusos e o estigma social das trabalhadoras do sexo. Neste sentido, opõem-se à convergência entre a prostituição e o tráfico, insistindo que unicamente uma prostituição forçada deveria ser entendida como tráfico. Portanto, nesta visão, a solução visada por parte das abolicionistas, de erradicar todo tipo de trabalho sexual comercial, não somente constitui nenhuma solução para o tráfico, deixando de lado outras formas desta prática, mas ainda agrava a situação frágil e vulnerável das trabalhadoras do sexo. Neste sentido, o grupo *pro sex workers*, reivindica uma distinção entre prostituição e tráfico e um fortalecimento dos direitos das trabalhadoras do sexo.

O interesse pós-moderno está na desestabilização de categorias aparentemente fixas e na desconstrução do sujeito em si. Neste sentido, o feminismo pós-moderno denuncia a postura do feminismo radical, porque fundamenta a própria política no estabelecimento de uma identidade fixa, construída em base da opressão. Neste sentido, em contraponto ao “sujeito reprimido” do discurso moderno, o discurso feminista pós-moderno visa através da criação de um espaço discursivo aberto às transformações e a desafiar as hierarquias à constituição de um “sujeito resistente”, que é modificado segundo o contexto e as negociações mantidas.

As feministas radicais abolicionistas, no entanto, difundem o próprio discurso de salvação, entrando em coalizões surpreendentes para alcançar os próprios objetivos. Assim, nos EUA, elas entraram em uma aliança com a direita religiosa, tendo um impacto significativo na política contra o tráfico humano norte-americano. As duas lógicas discursivas têm como objetivo em comum a erradicação da prostituição: as feministas radicais defendem esta erradicação porque a prostituição representaria o “epítome da subordinação da mulher no patriarcado”; e os evangélicos, porque lutam contra a imoralidade na sociedade, e concebem a prostituição como a expressão da decadência dos valores (americanos).⁵⁵⁵

Esta aliança é criticada por utilizar o assunto do tráfico para difundir de melhor forma o próprio entendimento moral sobre as práticas de sexo comercial. Neste sentido, a coalizão é acusada por sacrificar a elaboração de programas efetivos de anti-tráfico a uma “agenda política moral *imoral*”, levando a uma maior vigilância de mulheres que viajam ou de migrantes em geral, como também a um aumento de controle e do estigma das prostitutas, em vez de fortalecer e de proteger as pessoas traficadas.

⁵⁵⁵ Cfr. Berman (2006), p. 287.